

		Ponto Frio Pontofrio.com Extra.com					
33.041.260/0652-90	Via Varejo S/A	Casas Bahia Casasbahia.com Ponto Frio Pontofrio.com Extra.com	23.06.0044.001.00104-302	Fundamentada Atendida			
33.041.260/0652-90	Via Varejo S/A	Casas Bahia Casasbahia.com Ponto Frio Pontofrio.com Extra.com	23.06.0044.001.00209-301	Fundamentada Atendida			
78.586.674/0001-07	VIACAO GARCIA LTDA	VIAÇÃO GARCIA	23.06.0044.001.00181-301	Fundamentada Atendida	1		1
42.281.330/0001-42	VITOR MORO RIBEIRO SA 70860585131	MORO SERVICOS	23.06.0044.001.00087-301	Fundamentada não Atendida		1	1

EXTRATOS

DECISÃO Nº 086, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 134/2019

Fornecedor/Representado: CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO (SEM PARAR)

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 126/2019, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor R\$ 2.717,50 (dois mil setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 082, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 121/2019

Fornecedor/Representado: BANCO CETELEM S.A.

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 114/2019, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor de R\$ 91.155,80 (noventa e um mil cento e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 095, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 122/2019

Fornecedor/Representado: BANCO PAN S.A.

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 115/2019, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor de R\$ 46.303,32 (quarenta e seis mil e trezentos e três reais e trinta e dois centavos), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 102, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 144/2019

Fornecedor/Representado: RAIÁ DROGASIL S.A (FARMACIA DROGA RAIÁ)

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 136/2019, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor de R\$ 3.124,99 (três mil e cento e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 084, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 127/2019

Fornecedor/Representado: BANCO PAN S.A.

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 120/2019, julgo INSUBSISTENTE o processo administrativo.